pertencente às carreiras especiais de técnico contabilista e de técnico superior de orçamento e conta;

1.14 — Fixação das provas de conhecimentos específicos, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.15 — Autorização de licenças sem vencimento por um ano e licenças de longa duração e regresso à actividade dos funcionários da Direcção-Geral do Orçamento;

1.16 — Autorização de licenças sem vencimento dos funcionários da Direcção-Geral do Orçamento para exercício de funções em organismos internacionais em qualquer das suas modalidades;

1.17 — Autorização para a inscrição e participação dos funcionários da Direcção-Geral do Orçamento em cursos de formação, estágios, congressos, seminários, colóquios ou outros eventos semelhantes que decorram fora do território nacional;

1.18 — Autorização para a atribuição de bolsas e equiparações a bolseiro dos funcionários da Direcção-Geral do Orçamento;

1.19 — Autorização para a realização de trabalhos excepcionais de natureza transitória e respectivo acréscimo salarial, ao abrigo do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 344/98, de 6 de Novembro;

1.20 — Designação de representantes da Direcção-Geral do Orçamento em quaisquer organismos, núcleos ou grupos de trabalho, estruturas de missão, grupos de projecto e comissões previstos em diploma legal;

1.21 — Autorização para a realização das despesas da Direcção-Geral do Orçamento, cujo montante não exceda em 1000 vezes o valor correspondente ao índice 100 da escala indicidária do regime geral da função pública.

2 — Autorizo o director-geral do Orçamento a subdelegar nos subdirectores-gerais e nos directores de serviços as competências por mim subdelegadas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Agosto de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito das competências subdelegadas, tenham sido praticados pelo director-geral do Orçamento.

4 — A subdelegação de competências constante dos despachos n.ºs 15 581/2005 e 16 644/2005, publicados respectivamente no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 137, de 19 de Julho de 2005, e 147, de 2 de Agosto de 2005, fica por mim prorrogada até 17 de Agosto de 2005, sendo ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito das competências neles subdelegadas.

6 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*.

Gabinetes dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 188/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

De acordo com informação prestada pela Direcção-Geral dos Impostos, esta entidade dispõe de viaturas do Estado afectas aos serviços, mas com carência de motoristas. Por este motivo, e face às alterações orgânicas recentemente operadas na Direcção-Geral, torna-se imperioso legitimar a condução das viaturas oficiais por funcionários com cargos dirigentes.

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 655/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, e do despacho n.º 17 829/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005 determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas à Direcção-Geral dos Impostos aos funcionários constantes de lista anexa a este despacho, a exercer funções dirigentes.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca com o termo das funções em que os funcionários se encontrem investidos à data da autorização.

3 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

LISTA ANEXA

Paulo José Ribeiro Moita de Macedo, director-geral.
José Hermínio Paulo Rato Rainha, subdirector-geral.
Maria Angelina Tibúrcio da Silva, subdirectora-geral.
Manuel Sousa Fernandes Meireles, subdirector-geral.
Fernando Jorge Rodrigues Soares, subdirector-geral.
Manuel Luís Araújo Prates, subdirector-geral.
António José Magalhães Machado, subdirector-geral.
António Pedro Falcão Marques, director de finanças.
António dos Santos Barroso Inês, director de finanças.
Mário Pereira Januário, director de finanças.

Despacho conjunto n.º 189/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

De acordo com informação prestada pela Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), esta entidade dispõe de viaturas do Estado afectas aos serviços, mas com falta de pessoal qualificado para a função da respectiva condução. Por este motivo, e, também, pela necessidade de racionalização dos meios disponíveis e pela natureza das atribuições de alguns serviços, torna-se imperioso legitimar a condução das viaturas oficiais por alguns funcionários.

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 655/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, e do despacho n.º 17 829/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas à Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros ao arquitecto Luís Manuel Ferreira Pinto (director-geral) e à licenciada Maria Isabel Madeira Alves (subdirectora-geral).

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca com o termo das funções em que os dirigentes se encontrem investidos à data da autorização.

24 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Despacho conjunto n.º 190/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

De acordo com informação prestada pela Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), esta entidade dispõe de viaturas do Estado afectas aos serviços, mas com falta de pessoal qualificado para a função da respectiva condução. Por este motivo, e, também, pela necessidade de racionalização dos meios disponíveis e pela natureza das atribuições de alguns serviços, torna-se imperioso legitimar a condução das viaturas oficiais por alguns funcionários.

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 655/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, e do despacho n.º 17 829/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas à Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) aos funcionários afectos às Áreas de Apoio Tecnológico às Regiões Norte e Sul constantes de lista anexa a este despacho.